

CAPA: A EXPERIÊNCIA LUTERANA ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES NO OESTE DO PARANÁ

CAPA: THE LUTHERAN EXPERIENCE AMONG FAMILY FARMERS IN WESTERN PARANÁ

Juliane HORT¹
Jean Carlos BERWALDT²

Resumo: O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) caracteriza-se como um serviço que surgiu ao final dos anos de 1970 no âmbito da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O objetivo foi o de auxiliar seus membros, que naquele momento eram em sua maioria formados por pequenos agricultores. Impactados pela modernização agrícola, muitos destes agricultores viam no êxodo rural, a única forma de enfrentar a situação. O CAPA, através da disseminação de conhecimentos agroecológicos passou a criar e oferecer alternativas para que os agricultores familiares pudessem permanecer com dignidade em suas propriedades. No artigo se problematiza a criação e a forma de atuação desta entidade com foco de ação na microrregião do município de Marechal Cândido Rondon, oeste do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Agroecologia; IECLB.

Abstract: The Center of Support and Promotion of Agroecology (CAPA) is a department that emerged in the late 1970s within the Evangelical Lutheran Confession Church in Brazil (IECLB). The purpose was to help the members, who at that time were composed mainly of small farmers. Impacted by agricultural modernization, many of these farmers saw the rural exodus as the only way to deal with the situation. The CAPA, through the dissemination of agroecological knowledge, started to create and offer alternatives for that the family farmers could remain with dignity in their properties. In the article, the creation and the way of acting of this entity, with focus of action in the microregion of the municipality of Marechal Cândido Rondon, western Paraná State, is problematized.

Key words: family farming; agroecology; IECLB.

Introdução

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) constitui uma entidade voltada às problemáticas que atingem os agricultores familiares impactados pelos processos de tecnificação no campo. O serviço foi criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao final dos anos de 1970. A entidade, caracterizada inicialmente como a materialização de uma atividade eclesial exclusivamente Luterana, volta-se mais tarde para os

¹Doutoranda do Programa em Desenvolvimento Rural Sustentável, PPGDRS/Unioeste. PPGDRS. Bolsista da Fundação Araucária. ghort@uol.com.br

²Mestrando do Programa em Desenvolvimento Rural Sustentável, PPGDRS/Unioeste. Professor da Faculdade Sul Brasil, Fasul e da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE/RONDON. jean.berwaldt@fag.edu.br

demais agricultores familiares no sul do Brasil sem acepção de credo. O CAPA, contudo, se identifica com aspectos identitários da Igreja da qual emerge e, na mediação que se pauta em pressupostos espirituais, atua na qualificação de pequenos agricultores pela via da agroecologia.

Distribuído em cinco núcleos geograficamente estabelecidos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o CAPA forma um Consórcio e exerce uma função mediadora entre grupos de pequenos agricultores. Com isso fomenta formas associativas de organização relacionadas ao planejamento, à produção e à comercialização de produtos agropecuários sem o uso de agrotóxicos. Para a viabilização de seu projeto, o CAPA mantém parcerias com prefeituras, movimentos sociais e Organizações não governamentais (ONGs). Atua também entre populações indígenas e grupos de comunidades remanescentes de quilombos.

O artigo tem como alvo o trabalho mediador do CAPA entre agricultores familiares no Oeste do Paraná, mais notadamente os luteranos. Trata-se de uma reflexão preliminar associada à investigação científica em curso. Entre outras questões, a investigação pretende verificar a eficácia da experiência desenvolvida pelo CAPA em relação ao problema da sucessão familiar em pequenas propriedades na microrregião polarizada pelo município de Marechal Cândido Rondon. No seu objetivo, o artigo contempla uma revisão bibliográfica sobre o surgimento da entidade mediadora e sua forma de agir entre os agricultores aos quais assiste.

O CAPA se caracteriza enquanto ONG, porém apresenta algumas especificidades que o individualizam entre essas entidades. ONGs e movimentos sociais costumam se identificar com movimentos e com novas identidades e territorialidades num campo de ações contraditórias a partir das últimas décadas do século XX. A mediação exercida pelo CAPA permite avaliar o seu desempenho enquanto organização não governamental e como serviço eclesial da Igreja que estimulou seu surgimento.

A mediação pela promoção da agroecologia

No tempo presente, a prática agroecológica pode se definir como um conhecimento contra-hegemônico, possuindo uma estrutura metodológica própria, utilizando agrossistemas como unidade de estudo e atuação onde convergem conhecimentos de diferentes áreas, incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Pode ser considerado um sistema produtivo que prioriza os recursos internos dos ecossistemas, através da reciclagem, e o sinergismo entre os seus componentes biológicos para combater problemas ocasionados pelo desequilíbrio sistêmico local. Além disso, proporciona o resgate e a renovação permanente da fertilidade do solo e, ainda, a manutenção da produtividade e a proteção das culturas. A agroecologia tem como pano de fundo uma concepção holística que incorpora inclusive a racionalidade camponesa e as técnicas de manejo tradicionais dos recursos. Incluir o princípio da diversidade ao de produtividade constitui um dos aspectos essenciais no manejo de sistemas agroecológicos (SEVA, 2005, p. 27-28).

Na visão de Alfio Brandenburg, a agricultura ecológica teria passado por três momentos distintos, mas que não se excluem. Num primeiro momento ela se afirma como contramovimento em oposição a uma agricultura baseada em agroquímicos. Nessa ótica, a natureza não seria mais apenas o entorno, mas representaria uma visão de mundo. Além disso é impregnada de um sistema de dimensões místicas ou de religiosidade que carrega uma mensagem passadista. Num segundo momento surgem novos grupos, que se identificam e se ampliam com o apoio de

consumidores de forma organizada. No terceiro momento ocorre a institucionalização da agricultura ecológica, enquanto forma de produção, sendo fomentada por aparelhos governamentais que atuam na reorganização de beneficiamento e de comercialização (BRANDENBURG, 2002, p. 22-23).

No intuito de promover uma revisão bibliográfica sobre o surgimento do CAPA, destacou-se no recorte, a proposta de uma “racionalidade ambiental”, que, neste caso, é preconizada e desenvolvida pela entidade a partir de seu núcleo de ação estabelecido na cidade de Marechal Cândido Rondon – PR. O surgimento dessa entidade pode ser considerado uma resposta heroica à degradação socioambiental percebida em propriedades familiares no Oeste do Paraná. Esta resposta, por sua vez, pode ser associada às práticas e reflexões já anteriormente realizada pelo botânico Sir Albert Howard (2007), para quem o “toque humano” na natureza poderia ser feito com respeito e responsabilidade há muitas décadas.

Nesta revisão, considerou-se pertinente recuperar a contribuição deste botânico preocupado em manter o equilíbrio do ambiente onde se vive. Por outro lado, percebe-se a convergência do trabalho do cientista com a atividade ambiental do CAPA. As atividades agroecológicas desenvolvidas pelo CAPA, se pautam em práticas de saberes autóctones e ancestrais. Foi a percepção do exercício dessas práticas entre camponeses da Índia, que levou Sir Albert Howard a formular seu histórico documento conhecido como “testamento agrícola”.

O “testamento agrícola” de Sir Albert Howard, é considerado um documento ambiental relevante para se problematizar diversas experiências ambientais realizadas na contemporaneidade por agricultores agroecológicos. No artigo se contempla e se problematiza a experiência do CAPA em sua ação mediadora entre agricultores agroecológicos. Contudo, o “testamento agrícola” de Howard fornece subsídios para a discussão do “saque do solo” que o agronegócio realiza no tempo presente em diversas regiões do Brasil.

Para além, Howard ainda havia percebido a relação entre a saúde humana e as condições saudáveis do solo. A irracionalidade que acompanha a utilização indevida de insumos químicos e agrotóxicos é condenada no “testamento agrícola” de Howard. A atualidade da obra de Howard, em relação às problemáticas ambientais e sustentabilidade econômica no campo é surpreendente. Um “fazer ambiental” coerente irá detectar a importância do pensamento ambiental desse botânico que atuou de forma militante na primeira metade do século XX.

No que tange aos procedimentos sustentáveis de manejo do solo agrícola, ainda nas primeiras décadas do século XX, Howard percebeu na sabedoria camponesa a capacidade de manter a fertilidade do solo por sucessivas gerações através de procedimentos simples que previam a incorporação permanente de húmus ao solo. Suas formulações irônicas e críticas foram usualmente endereçadas aos procedimentos considerados “científicos” e que omitiam um tratamento mais holístico ao ambiente agrícola. Entre outras questões, o botânico alertava que na implantação da tecnificação havia uma sedução pela temporária ilusão de que aquela agricultura poderia ser um negócio proveitoso. No momento seguinte começava-se a perceber, contudo, o aumento de doenças pela maciça utilização de adubos químicos e pelo esgotamento das reservas naturais de húmus.

A análise de Howard pode ser identificada como um atualizado discurso de resistência, isso se considerada a iminência da transformação de vastas áreas do território nacional em espaços alienáveis com a intenção de produzir combustível para satisfazer à volúpia de uma parte da sociedade que idolatra o automóvel. Em que pese o discurso de época, a mensagem é revolucionária por apontar para a possibilidade da perda do principal capital de sobrevivência da

humanidade: o solo agrícola. Sob a luz de suas reflexões e considerando-se saberes que, no seu compartilhamento, indicam como a natureza e o homem deveriam ser tratados, o artigo passa a dar atenção à racionalidade ambiental promovida pelo CAPA³.

O CAPA, também considerado ONG, surge no Estado do Rio Grande do Sul como um serviço eclesial da IECLB ao final dos anos de 1970, auge da crise agrícola desencadeada pelos processos de modernização no campo. A entidade visava assessorar o pequeno agricultor no sentido de minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos a partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais – saberes esses desqualificados pela modernização competitiva movida por interesses utilitaristas de mercado. É conveniente perceber que foi na perspectiva de um saber compartilhado com camponeses chineses e indianos que Howard elaborou seu “testamento agrícola”.

No tempo presente, o CAPA territorializa-se a partir de cinco núcleos de atuação na Região Sul do Brasil: municípios de Pelotas, de Santa Cruz do Sul e de Erechin no Estado do Rio Grande do Sul e municípios de Verê e de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná. No município de Marechal Cândido Rondon, a entidade atua desde o ano de 1997. Além disso, o CAPA mantém convênios com prefeituras e com escritórios próximos aos seus núcleos de atuação. Além de agricultores, o CAPA desenvolve trabalhos entre indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais.

Em relação à prática ecológica do CAPA, ressalte-se que a questão está sempre em construção, a partir de agricultores, profissionais que passaram pelas equipes e outras organizações parceiras. Os princípios que orientam a prática do CAPA também recebem influência de ideias, conceitos e elaborações gerados fora do círculo mais imediato de suas relações. O termo agroecologia foi incorporado no discurso da entidade no início dos anos de 1990, a partir de reflexões conjuntas com outras organizações que compartilham das mesmas orientações de trabalho.

O CAPA trabalha para a construção de sistemas de produção agroecológicos, no qual o sistema de produção orgânico pode estar presente em parte do processo, mas não seria o ponto de chegada. Com base em diversos conceitos de referência associados à ecologia e sustentabilidade, o adjetivo agroecológico ou agricultura ecológica, expressa com maior clareza a opção de ter os princípios ecológicos da ação. A preocupação ecológica do CAPA induz um tratamento holístico do problema e considera inclusive fatores não-biológicos que interferem na sustentabilidade da agricultura, ou seja: segurança alimentar, viabilidade econômica, conservação de recursos, equidade social e crescimento da produção (A PRÁTICA AGROECOLÓGICA, 2005, p. 8-11).

A sustentabilidade financeira dos sistemas desenvolvidos pelo CAPA é considerada uma das questões vitais da mediação. Ela é perseguida através da diversificação do sistema de produção, que evita a dependência de um único produto como fonte de renda, distribuindo o risco das atividades agrícolas e garantindo uma renda regular; da agregação de valor, através da criação de um número grande de agroindústrias locais; do leque diversificado de alimentos produzidos nos estabelecimentos que entram no cardápio das famílias, gerando economia nos gastos familiares. Outro aspecto que pode ser considerado relevante para a sustentabilidade econômica das atividades é a organização da comercialização, que prioriza a venda de produtos

³A racionalidade ambiental estimulada pelo CAPA pode ser detectada em inúmeras publicações desenvolvidas pela própria entidade. No campo acadêmico, podem ser destacadas as pesquisas desenvolvidas por Vanderlinde (2002, 2006a; 2006b) e por Batistela (2009). O artigo se pauta em parte nestas publicações.

beneficiados em redes, muitas vezes com venda direta ao consumidor, eliminando, assim, ou ao menos minimizando, a atuação dos “atravessadores” (IDE, 2008, p. 111).

A atividade mediadora do CAPA pode ser interpretada como o rompimento de um paradigma na utilização pós-moderna de ambientes agrícolas. Com a modernização agrícola, ambiente e homem são impactados e degradados. Considerando a receptividade de uma proposta de produção agroecológica, equivale dizer que na reconstrução desta paisagem territorial, é também fundado pelos agricultores um “novo mundo”, onde o solo produtor de alimentos é “tocado” com cuidado e sabedoria. Sementes ancestrais são recuperadas e o saber dessa recuperação é solidariamente compartilhado entre agricultores que comungam os mesmos princípios de sustentabilidade.

Vive-se, presentemente, um momento de grandes paradoxos no mundo. De um lado percebe-se um crescente fortalecimento de entidades ambientalistas, que buscam uma sociedade mais justa e sustentável. De outro, representações de classe que questionam a idoneidade dos movimentos oponentes e não conseguem olhar para a natureza sem imaginar que dali não se possa retirar algum lucro a mais.

Além do botânico Howard, o geógrafo Eric Dardel (2011) já discutia a apropriação irracional e utilitarista da natureza há mais de meio século. Para ele, seria necessário compreender a geografia do ambiente, não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal como insetos de um terrário, mas como o meio pelo qual o homem realiza sua existência, enquanto a Terra é uma possibilidade essencial de seu destino.

A contenda passional sobre a manutenção da reserva legal de floresta vivida recentemente no Brasil e que culminou com a aprovação do novo Código Florestal é sintomática nesse sentido⁴. A discussão pela extinção da reserva legal se mostrou problemática e revelou uma racionalidade questionável ao adotar a possibilidade de prejuízos econômicos como principal argumento: “O trigo, a soja, o milho, o arroz, o feijão e as carnes não dão em árvores. Então, se a produção diminuir, os preços dos alimentos poderão subir” (LANG, 2009, p. 30).

O argumento ganha força com a inflação mundial de alimentos no tempo presente. Contudo, a ONU vem alertando para a inflação de alimentos há mais tempo. E a forma mais honesta de se posicionar sobre a situação é perceber que a crise resulta de uma convergência de vários fatores, entre os quais se destacam o desperdício e a destinação imprópria de produtos agrícolas para a elaboração de bicomustíveis. Para além, existem os fatores naturais, onde a

⁴As alterações sugeridas no Código Florestal foram precedidas por “estudos” no intuito de justificar as mudanças. Surgiu ao que parece um “novo” conteúdo ambiental. O estudo revela o caráter ideológico da proposta. Entre os argumentos mais curiosos a se observar aparece o da criminalização da Floresta Amazônica: ela é considerada culpada pelo fato de existir. Ela seria um erro da natureza. Um trecho do relatório do deputado Aldo Rebelo que sugeria flexibilizações no Código Florestal pode ser considerado um disparate diante da inteligência humana e não pode ser classificado por um saber sério e isento: “Assim se apresenta o caso da conquista econômica da Amazônia: luta tenaz do homem contra a floresta e contra a água. Contra o excesso de vitalidade da floresta e contra a desordenada abundância da água dos seus rios. Água e floresta que parecem ter feito um pacto da natureza ecológica, para se apoderarem de todos os domínios da região. O homem tem que lutar de maneira constante contra esta floresta que superocupou todo o solo descoberto e que oprime e asfixia toda a fauna terrestre, inclusive o homem, sob o peso opressor de suas sombras densas, das densas copas verdes de seus milhares de espécimes vegetais, do denso bafo de sua transpiração” (REBELO, 2010, p. 15).

tecnologia pouco pode fazer e, uma multiplicidade de fatores artificiais, frutos das desigualdades inventadas pelo homem (VANDERLINDE, 2011b).

Desconsiderando-se a insensibilidade ambiental e oportunista normalmente presente em discursos produtivistas, há que se avaliar ainda outros aspectos sobre o fato de algumas *commodities*, vez por outra convenientemente se passarem por alimentos. Carece de credibilidade a afirmação de que árvores não produzem alimentos. O problema é que o alimento produzido por árvores podem não ter o mesmo apelo comercial do que uma plantação de soja, ou de milho por exemplo. Neste caso, na racionalidade presente neste tipo de raciocínio seria melhor eliminar as árvores. Eliminar, seria uma atitude mais coerente com a racionalidade requerida, uma vez que a proposta de um cultivo permanente pode não estar nos interesses da planta econômica de uma região. Para manter uma produção e comercialização em grande escala de frangos ou suínos, por exemplo, é requerido o cultivo intensivo de determinados produtos agrícolas.

Outra questão colocada, é que os agricultores ao preservarem certas áreas verdes, teriam lucros cessantes ou até diminuiriam seus lucros. Diante disso há que se avaliar que desde o início dos processos de modernização no campo, os ganhos agrícolas quase sempre foram drenados para o setor industrial que fica a montante do local de produção. Outra parte ainda costuma ficar pelo caminho que fica a jusante do ambiente de produção. Daí a ilusão de que se diminuir as áreas de preservação e aumentar a escala de produção, principalmente em regiões de pequenas propriedades, os benefícios ficariam com o produtor.

As políticas econômicas dos grandes conglomerados que controlam a produção e comercialização mundial de *commodities* utilizadas para alimentação humana e animal costumam ter impacto maior sobre as propriedades agrícolas, do que eventuais implementações de políticas ambientais onde os ganhos sociais poderiam ser maiores. Milton Santos, nos lembra que onde a agricultura científica e globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda por bens científicos e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. Sendo assim, a agricultura científica e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos “a velha condição de servos de gleba” (SANTOS, 2000, p. 84). Conclui-se, portanto que a agricultura científica e globalizada é pautada numa racionalidade conflitante com políticas ambientais que perseguem objetivos para além de uma economia do lucro.

Numa postura que pode ser considerada um avanço em relação à sustentabilidade, há que ser destacada a imagem, que se começa a traçar em setores mediadores, com relação à cientificidade das pesquisas no âmbito agrícola. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de outros engenheiros agrônomos, na defesa do milho Bt (transgênico), dividem suas opiniões entre a apologia do avanço científico e uma cautelar ética do cuidado. Esta ética leva em conta a natureza e os agricultores que optam por manter os cultivos convencionais. Admite-se que lidar com transgênico possa ser perigoso e, sendo assim, é preciso ter atitudes prudentes e seguir a lei (JORNAL O PRESENTE RURAL, julho de 2009).

Em seu estudo sobre a racionalidade ambiental do CAPA, Batistela (2009) discute o desastre provocado pela ideologia do progresso e do desenvolvimento sem limites. Neste sentido, pode-se concluir que a crítica da modernidade é uma questão ideológica imprescindível nas discussões sobre sustentabilidade. A conclusão é que, de fato, parece que jamais fomos modernos, pois ainda não se conheceu a emancipação propalada pelo projeto da modernidade.

No diálogo estabelecido com diversos pensadores, Batistela conclui que a sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental na história da humanidade. E uma das constatações é que a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesma triunfa. Neste sentido, não seria um exagero afirmar que teria sido preciso destruir o mundo em teorias para que se pudesse destruí-lo na prática. Urge, portanto, instituir outro paradigma civilizatório.

O crítico norte-americano Immanuel Wallerstein lembra que, nos tempos de sua faculdade, em finais da década de 1940, estudavam-se as virtudes e as realidades de sermos modernos. Hoje, mais de meio século depois, estaríamos sendo informados sobre as virtudes e as realidades de sermos pós-modernos. O que teria acontecido com a modernidade, que não é mais a nossa salvação e se tornou o nosso demônio? Não é ela que deveria ter sido o presumível triunfo da liberdade humana contra as forças do mal e da ignorância? (WALLERSTEIN, 2002).

A agroecologia, seja no Oeste do Paraná ou em outras partes do território nacional, emerge como opção aos avanços desastrosos da modernidade. A agroecologia, através de entidades como o CAPA (re)introduz um senso de orientação ética ofuscado por atitudes como o uso do secante químico, criminosamente utilizado para homogeneizar e para acelerar os processos naturais de amadurecimento das plantas. A modernidade formata a ideia de progresso, ideia que, desacreditada, deságua no desenvolvimentismo, criando-se, assim, uma espécie de “oitavo dia”, impulsionado pela função utilitarista do mercado.

A crise da ruralidade sobre a qual Batistela discute ocorre no contexto. Sua pesquisa revela um esforço intelectual em sistematizar uma teoria sobre racionalidade ambiental com ênfase nos princípios da agroecologia e tendo como exemplo a atuação do CAPA no Sudoeste do Estado do Paraná. Seu estudo buscou focar a agroecologia enquanto movimento social crítico e questionador de padrões da modernidade, e enquanto núcleo gerador de um conjunto alternativo de significados da ação social do agricultor ecológico, pela perspectiva reconstrutiva de uma racionalidade social ambiental.

O desastre da modernidade apontado por Batistela pode, contudo, ser curiosamente atribuído ao triunfo das “ideologias masculinas”, ideologias discutidas por muitos críticos do progresso. Neste sentido, é válido prestar atenção ao androcentrismo, conceito que foi oportunamente levantado na tese do autor. O depoimento de uma das mulheres entrevistadas durante a fase da pesquisa pode ser considerado revelador:

As primeiras agricultoras eram mulheres, historicamente na história da agricultura quem começou foram as mulheres, justamente por terem mais sensibilidade e maior percepção e é justamente isso que precisa uma agricultura alternativa, mais sensibilidade e percepção de detalhes. Na agroecologia são coisas sutis que fazem a diferença e as mulheres percebem isso com mais facilidade (BATISTELA, 2009, p. 192).

O depoimento se aproxima da discussão da ética do cuidado realizada por Leonardo Boff (2008a) e do desastre explícito das “ideologias masculinas” discutidas por Fritjof Capra (2005). A constatação de Capra é que a exaltação do consumo material tem raízes ideológicas profundas, que vão muito além da economia e da política, pois elas estariam ligadas à associação universal da virilidade com os bens materiais nas culturas patriarcais, ou seja: quanto maior a quantidade de bens materiais detidos pela pessoa, mais heroica, mais forte ela é. Capra vê com otimismo o

avanço de uma economia mais sustentável, embora admita que no tempo presente exista uma “guerra” entre dois paradigmas rivais, duas propostas econômicas em rota de colisão:

O objetivo da economia global é o de elevar o máximo a riqueza e o poder de suas elites; o objetivo do projeto ecológico é o de elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida. Essas duas propostas – cada uma das quais envolve uma rede complexa e uma tecnologia avançada especial - encontram-se, atualmente em rota de colisão. [...] O grande desafio do século XXI é de mudança do sistema de valores que está por trás da economia global de modo a torná-la compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Com efeito, vimos que este processo de remodelação da globalização já começou (CAPRA, 2005, p. 268).

A questão seria saber se ainda dispomos do tempo suficiente para isso. Num posicionamento que pode ser considerado convergente ao de Capra, Milton Santos observa que só agora, neste tempo, estaríamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta. A mutação tecnológica parece se fazer presente, mas o mundo continua complexo e confuso ao mesmo tempo, graças a força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Seria necessário completar este momento com uma mutação filosófica do homem:

Muito falamos hoje nos progressos e nas promessas da engenharia genética, que conduziriam a uma mutação do homem biológico, algo que ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Pouco, no entanto, se fala das condições, também hoje presentes, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também, do planeta (SANTOS, 2000, p. 174)

Sob o paradigma de uma nova racionalidade ambiental e considerando a economia local da agricultura familiar como foco de sustentabilidade, o protagonismo do CAPA pode ser comparado ao de outras entidades mediadoras que procuram caminhar de forma diferenciada dos receituários que orientam a economia liberal. Sendo assim, a articulação de sujeitos que ocorre em torno do CAPA pode ser caracterizada como um dos movimentos anti-hegemônicos que se percebem em muitas partes do planeta.

Neste sentido, considera-se oportuno destacar uma observação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2002), observação esta, que parece ser convergente com a racionalidade ambiental fundamentada na sustentabilidade definida pelo CAPA. Santos observa que ainda hoje a maioria da população mundial mantém economias relativamente tradicionais, muitos não são “pobres” e uma alta percentagem dos que são, foram empobrecidos pelas políticas da economia neoliberal. Em face disto, a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas. Segundo esta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, as respostas contra os malefícios não podem deixar de ser a reterritorialização, a descoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a descoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade.

Na reflexão que percebe o CAPA como estimulador de uma nova racionalidade ambiental no Oeste do Paraná é oportuno destacar a motivação religiosa que emerge da IECLB,

motivação esta, que movimenta a entidade e que foi fundamental para o seu surgimento e a sua viabilidade. No plano de ação missionária da IECLB 2008-2012, o CAPA foi visto como um trabalho diferenciado junto à sociedade com o intuito de promover ações efetivas e questionadoras diante de situações de injustiça, de opressão e de exclusão. O problema da sucessão familiar em pequenas propriedades se insere na discussão. Nesta perspectiva, o que importa é desenvolver sensibilidade para as necessidades e as “dores da sociedade” e adquirir competência solidária. No contexto, a missão do CAPA para o triênio 2007 – 2009 foi assim estabelecida:

O CAPA tem por missão contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da capacidade de cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias (IDE, 2008, p. 3).

Desde a sua fundação, o CAPA procurou instrumentalizar pequenos agricultores progressivamente marginalizados por uma racionalidade agrícola agressiva que infestou o ambiente com venenos e os afastou do mercado e dos seus meios de sobrevivência. A instrumentalização passa pela adoção e pela recuperação de saberes ancestrais e tem foco no compartilhamento de saberes que ocorre na ação solidária desenvolvida pela entidade. Neste sentido, a percepção, sistematizada no artigo, é que a ação do CAPA pode ser considerada a materialização de uma possibilidade sustentável de trabalhar a terra com respeito e com o pensamento voltado para a sobrevivência e a permanência das gerações futuras em pequenos ambientes agrícolas.

Discutir sustentabilidade a partir de um diálogo de saberes solidários e responsáveis aponta para uma das utopias que precisam ser construídas neste início de século. Envolver-se com o assunto é perceber de imediato a existência de racionalidades que apontam para caminhos divergentes. Uma delas, que muito nos prometeu, vem atrelada à ideia de modernidade e acabou se tornando uma jornada inconclusa, revelando, para a humanidade, um lado obscuro e colocando em risco a presença humana no planeta.

O ápice do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil faz retornar a década de 1990, quando começa a ter as primeiras políticas públicas voltadas ao fortalecimento da mesma, podemos destacar como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Deve-se destacar que a criação destas políticas públicas, são resultados das reivindicações dos próprios trabalhadores rurais.

O termo ‘agricultura familiar’ começa a ser utilizada, a partir dos anos 80, para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar: ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais. Na sociedade moderna, multiplicam-se formas de agricultura familiar, que tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1999, p. 35).

Diversos autores conceituam a agricultura familiar como um termo que demonstra diversidade. Corrêa e Finatto (2009, p.5), descrevem a agricultura familiar como “um termo

genérico e pode representar inúmeras possibilidades de organizações produtivas que tem a família como principal fornecedor de força de trabalho”.

Diante disso Cremonese e Schallenberger (2005), citam que o modelo familiar de produção pode ser caracterizado como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, onde a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar.

Ou seja considera-se que os agricultores familiares são proprietários dos meios de produção e a mão de obra utilizada vem da sua própria família, sendo o número de trabalhadores contratados, permanentes e temporários, baixo ou nulo. Também merece destacar que a produção é destinada, em grande parte, à subsistência da família e apenas a outra parte excedente desses produtos é comercializada (SILVA, 2010).

A modernização da agricultura através da difusão de inovações da ciência e da tecnologia gerou uma profunda transformação no meio rural, esse processo teve como consequência, um grau elevado de dependência da agricultura aos fatores de produção petroquímicos, um reduzido número de tecnologias genéricas, como produtos químicos e sementes, gerando uma homogeneização das agriculturas mundiais (ZONIN, 2007).

Devido ao crescente aumento da população mundial o objetivo da agricultura é obter a máxima produção possível, para tanto houve um significativo aumento de tecnologia, empregada para cuidar das lavouras, assim como uma modernização nas técnicas de plantio. Se tornando indispensável uma melhor administração da propriedade, outro fator marcante e importante é a presença cada vez maior de máquinas, visando mecanizar o processo da plantação até a colheita.

Todas essas melhorias ocasionaram problemas, desde o social com a redução da necessidade de força de trabalho ocupada no meio rural; ambiental devido ao risco de desgaste dos recursos naturais e, econômica, marcada pela superprodução e concentração nas áreas favorecidas pelas trocas comerciais (ZONIN, 2007).

Diante do fato de que muitos agricultores não se adaptaram às novas imposições do mercado, ou foram obrigados a buscar outra fonte de renda longe do campo, ou se adaptaram e se aventuraram a permanecer tiveram que criar novas estratégias de produção, mantendo as características principais da agricultura familiar. O foco da agricultura familiar está na diversidade de organização que ela proporciona. “Para entender a organização da produção familiar, é necessário considerar que a diferenciação social entre os produtores familiares é fruto do desenvolvimento de uma agricultura moderna” (COSTA; RIBEIRO; SALAMONI, 2009, p.2). Nesse contexto “é indispensável, ainda, que seja despertada nos produtores familiares uma visão holística de sua atividade”. Essa visão deve responder as dúvidas dos agricultores quanto ao que produzir, como produzir e para quem produzir.

São pioneiros na “construção de uma nova agricultura” os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a utilização de um novo padrão não convencional de produção agrícola e grandes iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável, mais ecológica, como exemplo podemos citar o Plantio Direto, com origem no estado do Paraná (BRANDENBURG, 2005).

Por tanto a agroecologia passa a ser vista como sendo parte de novos caminhos para a agricultura (BRANDENBURG, 2005).

E diante das mudanças sociais e ambientais que vem ocorrendo ao longo do tempo, vão surgindo o processo de transição agroecológica, ou seja “agriculturas ecológicas” nesse contexto podemos inserir a agricultura familiar, a qual aponta para mudanças técnicas, sociais, políticas e

institucionais na produção, organização e consumo de alimentos, e que deve compreender o rural, enquanto espaço e ator, de re-construção socioambiental das relações homem-natureza e não somente como espaço para fins produtivos (ZONIN, 2007).

De acordo com o autor, no Sul do Brasil este processo de mudanças estabeleceu suas raízes a partir da década de 1970. E no Paraná somente, a partir da década de 1980, com o surgimento das primeiras experiências agroecológicas.

As práticas desse projeto suicida continuam poderosas e em rotas de colisão com os projetos alternativos que pretendem elevar ao máximo a sustentabilidade da “teia da vida”. “O grande desafio do século XXI é da mudança de sistema de valores que estão por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica” (CAPRA, 2005, p. 268). A reação do CAPA a uma racionalidade destruidora pode ser melhor compreendida ao se prestar atenção ao que discute o sociólogo Zygmunt Bauman ao problematizar o sentido histórico da ideia de utopia numa era de incerteza. Ele traz para a discussão uma espécie de racionalidade que denomina metaforicamente de “utopia do caçador”.

A racionalidade do caçador dificilmente leva em conta a finitude do ambiente onde realiza suas caçadas. O projeto do caçador é sempre imediato. O caçador não dá a menor importância ao equilíbrio geral das coisas, seja ele natural ou planejado e maquinado. A única tarefa que os caçadores buscam é outra “matança”, suficientemente grande para encherem totalmente suas bolsas. Com certeza não consideram seu dever assegurar que o suprimento de animais que habitam a floresta seja recomposto depois de sua caçada. Se os bosques desaparecerem e se tornarem impróprios para caçada, o caçador não verá isto como uma preocupação imediata e como sendo sua. O caçador estabelece a lei da vantagem e impele a todos a serem caçadores sob pena de serem expulsos ou excluídos da caçada. É por isso que, num mundo povoado principalmente por caçadores, já não haveria espaço para devaneios utópicos, sendo que não haveria muitas pessoas inclinadas a tratar com seriedade os projetos utópicos. Numa vida de caça contínua, caçar acaba se tornando uma utopia bizarra, pois, diferentemente das antigas utopias em que havia a promessa de que a labuta teria um fim, a utopia dos caçadores é o sonho de uma labuta interminável. Diferentemente de outras utopias (que apontavam para o fim da estrada), para os caçadores é a própria estrada com fim incerto. “Diferentemente das utopias de outrora, a utopia dos caçadores não oferece um significado para a vida, seja ele autêntico ou fraudulento” (BAUMAN, 2007, p. 113).

No âmbito de uma revisão bibliográfica, o artigo procurou refletir sobre a racionalidade ambiental proposta pelo CAPA num contraponto ao modelo agrícola imposto às propriedades familiares no Oeste do Paraná. A palavra racionalidade costuma indicar procedimentos científicos que não permitem um fácil questionamento. A postura indica um “fundamentalismo científico” que, a exemplo de outros tipos de fundamentalismos, podem nos surpreender negativamente. No caso da racionalidade aplicada ao campo, e que é mais conhecida como modernização agrícola, há muito que questionar nos processos considerados científicos. O mesmo se pode dizer quanto aos desdobramentos dessa modernização no que se refere à implantação de culturas à base de organismos geneticamente modificados (OGMs).

O CAPA emerge como um serviço eclesial da IECLB nos anos de 1970 e foi marcado pela ideia de que a racionalidade preconizada pela “Revolução Verde”, ou seja, pela modernização agrícola, criou impactos desagregadores que levaram os pequenos agricultores a uma situação de precarização social, além de um conseqüente esvaziamento de áreas rurais.

Pode-se considerar que o CAPA surge como uma resposta da igreja à qual é vinculado, com o objetivo de oferecer aos pequenos agricultores possibilidades de enfrentar a situação.

Além disso, vale dizer que, com a aplicação de princípios da agroecologia e de outras metodologias solidárias, ocorreu um ambiente favorável que possibilitou retirar da invisibilidade grupos sociais com os quais a entidade atua, como é o caso de comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores artesanais. Com isso ocorreu a transformação desses grupos em sujeitos ativos, em atores sociais organizados para reivindicar seus direitos e para negociar políticas públicas nos espaços locais e regionais de decisão política.

A racionalidade ambiental do CAPA é viabilizada pela prática da agroecologia onde se busca um relacionamento não agressivo com a natureza. E, neste sentido, vale acrescentar uma ironia relacionada aos cultivos transgênicos e que vem apenas confirmar a racionalidade defendida pelo CAPA. Constata-se que, para viabilizar cultivos transgênicos, no caso principalmente do milho Bt, são sugeridas áreas de refúgio para melhor viabilizar a tecnologia. As áreas de refúgio podem ser formadas por cultivos convencionais, mas em conexão estratégica com a área de cultivo transgênico. Sem as áreas de refúgio, a tecnologia transgênica estaria comprometida. O refúgio seria necessário para que os insetos que resistiram ao tratamento químico na área do cultivo transgênico se cruzem com os que estão na área de refúgio e percam resistência, transmitindo assim esta característica para a geração seguinte dos insetos que tentarão povoar novamente a área de cultivo transgênico.

Uma das missões do CAPA é convencer de que a natureza, ela mesma pode oferecer os indicativos como utilizá-la de forma responsável. Para além dos cataclismos naturais a natureza parece sempre ter sido um refúgio confiável para sustentabilidade do planeta Terra e para a saúde dos habitantes que ali vivem. Sir Howard já havia alertado para isso. No tempo presente, em meio aos agricultores aos quais assiste, o CAPA no Oeste do Paraná, mantém uma atitude perseverante em apontar nesta direção.

A partir do ano de 2016 numa ação articulada entre os cinco núcleos de trabalho no sul do Brasil, o CAPA passa a desenvolver uma campanha permanente motivada pela bandeira “comida boa na mesa”. Trata-se de uma reflexão permanente sobre o acesso à alimentação saudável. Envolve o papel da agricultura familiar na produção de alimentos, de feiras e cooperativas na promoção do comércio justo e solidário e das organizações de apoio. Criado no âmbito de uma modernização agrícola que impactou milhares de pequenos agricultores, o CAPA traduz-se num gesto concreto da IECLB, na construção de um país democrático, que assegure o direito à alimentação saudável para todas as pessoas.

Considerações finais

Os pequenos agricultores do Oeste do Paraná, como outros tantos que atuam no Brasil, também sofreram com a modernização da agricultura. Muitos não conseguiram acompanhar as mudanças que começaram a acontecer a partir dos anos de 1960. Juntamente com as transformações, veio a degradação ambiental e humana. A modernização provocou êxodos de muitas famílias agricultoras que foram obrigadas a buscar alternativas de vida longe do campo. A IECLB, historicamente, sempre esteve ligada com a agricultura pelo fato dos seus membros serem na maioria agricultores. Em decorrência disso a igreja luterana é também conhecida como uma “igreja do interior”.

Como consequência do êxodo rural e a precarização do trabalho no campo, a igreja resolveu tomar atitudes objetivas para auxiliar os contingentes populacionais afetados. Das atitudes surge o CAPA, que nasce como uma ação social da Igreja voltada aos agricultores familiares. A produção de alimentos ecológicos foi uma possibilidade que apresentou resultados positivos desde o início da criação da entidade.

O CAPA, através da IECLB tornou-se parceiro dos pequenos agricultores, e através de práticas solidárias de uso do solo, tornou novamente viável a permanência de agricultores familiares no campo. O CAPA dissemina princípios agroecológicos valorizando uma produção sustentável de baixo impacto em relação ao solo. Sem a intervenção deste tipo de orientação quanto ao uso do solo, é possível pensar que os impactos sobre as famílias atingidas pela modernização seriam maiores.

O artigo procurou revelar que a IECLB se constitui numa igreja cujos membros em tempos recentes eram predominantemente agricultores familiares. Até os anos de 1970, aproximadamente 70% dos membros desta igreja eram pequenos agricultores. O CAPA emerge como um instrumento de apoio para que os mesmos possam continuar desenvolvendo a agricultura e gerando fonte de renda para o sustento da família. Os agricultores familiares do Oeste do Paraná que são atendidos pelo CAPA, se empenham em construir uma nova paisagem, agindo como guardiões do ambiente onde estão inseridos.

Referências

A PRÁTICA AGROECOLÓGICA DO CAPA. Porto Alegre: Capa, 2005.

BATISTELA, Everton Marcos. **Agroecologia e racionalidade ambiental: a mediação social do CAPA e a reconstrução agroecológica no sudoeste paranaense.** 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOFF, Leonardo. **Homem: satã ou anjo bom?** Rio de Janeiro: Record, 2008a.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica.** Curitiba: Editora UFPR, n. 6, 2002.

CAPRA, Fritjov. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2005.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica;** tradução Werter Holzer. – São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOWARD, Albert Sir (1873-1947). **Um testamento agrícola.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IDE, Hans-Hulrich. **A gente pega junto:** protagonismo na agricultura familiar. Lavoro e Porto Alegre: C&M, 2008.

JORNAL O PRESENTE RURAL, jul. 2009.

LANG, Alfredo. É preciso mudar a lei. **Revista Cvale**, mar./abr. 2009.

REBELO, Aldo. Parecer do relator ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. <http://www.abce.org.br/downloads/PL_1876_99.pdf> Acesso em: 21 de ago. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVA, Janaína. Agroecologia. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VANDERLINDE, Tarcísio. A grande fome de batatas e a inflação dos alimentos. **AB Comunicação e Consultoria.** Curitiba, 25 de março de 2011b.

VANDERLINDE, Tarcísio. CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no sul do Brasil. **Estudos Teológicos.** n. 2, São Leopoldo: Com-Texto Gráfica e Editora, 2006a.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos:** a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006b.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Estratégias de vida, agricultura familiar e formas associativas:** um estudo de caso - CAPA - núcleo oeste. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2002.

WALLERSTEIN. Immanuel. **Após o liberalismo:** em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

Artigo recebido em 10-11-2017
Artigo aceito para publicação em 18-11-2017